

# A repressão aos trabalhadores da companhia de navegação Lloyd Brasileira no golpe civil militar de 1964

*Leonardo Brito\**

Sou professor Leonardo Brito, doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, membro do Laboratório de Economia e História, (LEHI), coordenado atualmente pelo professor Pedro Campos, também faço parte, eh, do grupo de trabalho empresarial da ditadura e, tenho aqui como propósito apresentar, eu vou dividir minha fala em três partes, o escopo principal, meu objetivo principal nessa minha fala é apresentar o artigo que tá em fase preliminar ainda de escrita, que tá sendo levantado uma documentação acerca da atuação da empresa da companhia de navegação da extinta Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, qui chegou a ser a terceira maior companhia de navegação de marinha mercante do mundo, né, foi, sem dúvida, a maior companhia de navegação durante muito tempo, durante boa parte do século vinte da América Latina, não é, eh, operava linhas de cabotagem e linhas de longo curso, comércio marítimo entre Brasil e diversos países no mundo, diversos continentes. Enfim, e de forma a adequar essas novas pesquisas, essa pesquisa recente, começando agora, começa nesse primeiro semestre de dois mil e dezenove, de forma a adequar essa nova pesquisa, essa nova temática ao grupo. Eh, enfim, essa documentação tá sendo levantada em basicamente dois arquivos: o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, né, e no arquivo do Estado do Rio de Janeiro, onde você tem lá a documentação do antigo DOPS, o antigo Departamento de Ordem Política e Social. Uma das agências mais atuantes da repressão brasileira. E, dessa maneira, a minha entrada no grupo no

---

\* Colégio Pedro II, Brasil

grupo ano passado ela foi muito vinculada à discussão sobre a atuação de frações empresariais, como muito bem o professor Pedro Campos colocou na apresentação dele do grupo, não é, essa necessidade da gente elencar, de nós frisarmos a dimensão empresarial no golpe e da ditadura civil-militar, que caracterizou o Brasil entre mil novecentos e sessenta e quatro, primeiro de abril de meia quatro, e no nosso entendimento até oitenta e oito, quando se estabelece uma nova ordem constitucional no Brasil, que tá em pleno desmonte nos dias atuais ‘deis’ do golpe parlamentar judicial de dois mil e dezesseis, que derrubou o governo Dilma Rousseff. Hoje, a conjuntura brasileira, uma conjuntura bastante complexa, bastante regressiva, bastante inóspita pra pesquisas desse tipo, tendo em vista que os grupos, o bloco, né, que chegou ao poder nas eleições de dois mil e dezoito é absolutamente avessa, né, a essa, ou pelo menos não mostra nenhuma inclinação ao reconhecimento dessas frações empresariais no golpe, na ditadura e contesta até mesmo a narrativa consagrada sobre o golpe e ditadura civil-militar no Brasil. Mas essa pesquisa, eh, e aí nesse sentido, melhor dizendo, antes de falar do artigo que tá sendo escrito, né, que tá em fase de redação, eh, a minha participação no evento que foi apresentado pelo Pedro, que nós organizamos ano passado no Rio de Janeiro, foi Rio e São Gonçalo, né, participamos também na cidade de São Gonçalo, região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. A minha participação foi resgatar uma publicação que eu fiz, que eu organizei em dois mil e catorze, na ocasião dos cinquenta anos do golpe civil-militar de meia quatro, eu organizei junto com um famoso, mas já finado jornalista, Edmar Morel, que atuou em vários órgãos de imprensa no Brasil, inclusive foi funcionário de carreira do Ministério de Viação e Obras Públicas, durante o governo João Goulart. Foi exonerado, foi demitido, em função do seu alinhamento com o governo João Goulart, que foi derrubado em sessenta e quatro pelo golpe, e que foi o primeiro esforço, né, o primeiro grande esforço, em que pese não tenha sido um trabalho acadêmico estritamente, não tenha sido um trabalho acadêmico *strictu sensu*, sem referenciais teóricos, como depois o René, professor René Armand Dreifuss, fez na sua tese de doutorado na Escócia e publicado no Brasil no início dos anos oitenta, foi certamente o primeiro jornalista, o primeiro intelectual

que tá apontando diretamente, de forma mais organizada, mais sistemática, a participação de frentes empresariais brasileiras, né, enfim, a atuação do capital privado nacional associado ao capital estrangeiro, associado, enfim aos agentes políticos norte-americanos em atuação no Brasil. Tinha até um chiste, né, uma piada muito interessante, contada pelo Edmar Morel e pelo Joel Silveira, um colega de redação dele, que dizia o seguinte, né, dizia que nos Estados Unidos nunca houve um golpe de Estado porque não havia uma embaixada americana lá, então, enfim, isso mostra muito bem a capacidade que os americanos, que todos nós sabemos, de articular, eh, enfim, desestabilizações. A desestabilização que esses agentes diplomáticos norte-americanos fizeram em toda a América Latina, nós somos testemunhas, se não vivas, mas estudiosos desse assunto. O nome do livro é *O golpe começou em Washington*, foi o primeiro grande relato feito por essa atuação americana, dessa atuação americana e dessas frentes empresariais de se associar ao capital estrangeiro e que através de um grande complexo de dois institutos, né, o Instituto I, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, que de democrático não tinha nada, e o 'IPÊS', né, o IPES, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, que atuaram como agências da sociedade civil no sentido de construir toda uma propaganda anti-comunista e uma propaganda, com a direção de desestabilizar, enfim, de ganhar, construir um consenso na sociedade civil em torno da impossibilidade do governo João Goulart.

Bem, essa foi a minha primeira contribuição mais de fôlego com o grupo, enfim, com o coletivo que nós organizamos no Rio de Janeiro nessa relação entre empresariado e ditadura, a partir disso, né, tentando somar aos esforços que são feitos pelo professor Pedro Campos, pelo professor Marcelo Pedro, estudando essa relação das empreiteiras com a ditadura militar, como a ditadura civil-militar no Brasil foi bastante generosa com essas empreiteiras, o Marcelo, estudando aí a participação de empresas privadas, todas nacionais nas suas filiais na América Latina, em especial no Brasil, a Volkswagen, atuando diretamente nessa repressão, no nosso grupo também, nós temos, ainda que ele esteja à distância, a participação do professor Antonio, que tá pesquisando uma documentação importante em relação à Companhia Docas do Estado de São Paulo e a colaboração que

a companhia Docas deu aos órgãos de repressão no Estado de São Paulo aos trabalhadores, e também temos a professora Jussara Marques, que estudou na sua dissertação de mestrado e tese de doutorado, a questão da usina, da hidrelétrica, da construção de Itaipu, a forma como os gestores responsáveis e as empresas responsáveis pela construção de Itaipu também colaboraram no sentido de fiscalizar, policiar a atuação dos trabalhadores que atuaram na construção da hidrelétrica binacional de Itaipu, Brasil-Paraguai, né. Então a partir disso, a partir desse esforço de alguns pesquisadores de observarem com mais atenção a atuação de empresas privadas e de algumas empresas privadas que atuaram na construção de grandes estruturas que se tornaram estatais, né, como binacional, eu, enfim, tive o ensejo, a oportunidade de levantar o fato de que o Lloyd Brasileiro também, de alguma maneira, participou diretamente aí desse auxílio à repressão imediata, como por exemplo a gente fala do navio-prisão Raul Soares, navio-prisão Raul Soares foi o navio que foi cedido pelo Lloyd à Marinha Brasileira, ao chamado comando da revolução, comando supremo da revolução, né, os militares que assumiram o poder depois de sessenta e quatro e nos primeiros meses dessa repressão o navio Raul Soares foi um navio-prisão que abrigou uma série de lideranças, de trabalhadores, sindicalistas, enfim, partidários simpáticos ao regime que havia sido deposto, e a partir desse fui buscando aquele fio, aquele fio do novelo, o fio da meada, a dessa colaboração direta do Lloyd cedendo Raul Soares, o Lloyd Brasileiro era uma empresa estatal, cem por cento estatal, até o golpe de Estado, até a ditadura militar, em meia meia, em mil novecentos e sessenta e seis, ele deixa de ser cem por cento estatal e se torna uma companhia de capital misto, ele se torna uma sociedade anônima, não é, foi uma forma também pro governo militar, governo Costa e Silva e o governo Castelo Branco, primeiro presidente ditador no Brasil. Encontrou enfraquecer também os vínculos dos servidores com a própria empresa, fora o fato de que nesse levantamento preliminar dessa documentação no Arquivo Nacional se observam, eu já encontrei, diversos documentos que já foram desclassificados, né, ‘tão’ aí, eh, pra domínio público, de trabalhadores que foram sumariamente demitidos no ato institucional número um, em sessenta e quatro né, então a partir disso, fica

muito claro que, de muitas formas, o Lloyd, como uma empresa estatal, uma empresa não cem por cento estatal mas a partir de meia meia tinha controle majoritário do Estado brasileiro, contribuiu sobremaneira, contribuiu significativamente, enfim, a minha hipótese é essa que eu tô aprovando a partir do levantamento dessa documentação, de que, de fato, a empresa participou de forma objetiva, fornecendo informações de oficiais de marinha mercante, de suboficiais de marinha mercante, tanto da área de náutica quanto da área de máquinas. A marinha mercante é dividida nessas duas carreiras, náutica e máquinas. Contribuiu significativamente, corroborou com a repressão e com a eliminação de figuras que eram consideradas subversivas, ou seja, ameaças ao regime instituído em sessenta e quatro. Então esse artigo é um artigo já enviado pro nosso encontro do CLADHE, que vai acontecer agora em Santiago do Chile, e o resumo dele foi enviado, pra apresentação lá. Certamente o artigo tá concluído até lá, já tenho essa documentação que falta, enfim, é uma redação finalizada do artigo, que é intitulado: ‘O golpe civil-militar’, *a priori* a ideia é fazer uma pesquisa, fazer um levantamento dos primeiros momentos, dos primeiros dois anos da ditadura civil-militar no Brasil e da atuação do Lloyd na colaboração com essa repressão. A ideia é começar a elaborar esse artigo, começar a levantar essa documentação, apresentar pro grupo e a professora Andrea Lewer, que vai estar lá no nosso simpósio no CLADHE, vai dar continuidade a essa pesquisa através da tese de doutorado dela, enfim, do projeto de tese de doutorado dela. Eh, e pra concluir a minha fala, minha preocupação, a nossa preocupação como grupo também, né, aí eu tô abrindo outra frente de trabalho no sentido de como eu atuo numa instituição federal, pública, não é, que a gente oferece, cursos superiores, cursos, enfim, e a escola básica, a gente também atende, eh, alunos do ensino fundamental e do ensino médio, do ensino médio regular e do ensino médio técnico, profissionalizante, como a gente chama no Brasil, é muito forte, está muito forte no Brasil uma historiografia na área de ensino de História, eu particularmente também sou da área, também trabalho na área de ensino de História, muito forte no Brasil, é muito, eh, predominante uma/ uma historiografia de corte mais liberal e que dá pouca ênfase a essa participação dessas frações empresariais ao

golpe e à ditadura civil-militar como um todo. A gente percebe claramente que a ditadura como um tema sensível é abordada pelos historiadores, pelos especialistas da área de ensino de História com elemento civil sempre em contraposição ao elemento militar, sem distrinchar, melhor dizendo, sem detalhar com mais pormenores o que é essa dimensão civil, né, o que significa de fato essa dimensão civil, e aí é justamente dialogando com a colega Victoria Basualdo a a ideia de cumplicidade da sociedade civil em relação à repressão, eh, a gente entende, né, pelo menos eu entendo, que vai mais além da mera cumplicidade, da mera colaboração. Ou seja, no momento em que essas frações empresariais são parte orgânica desse projeto que assume o poder do Brasil em sessenta e quatro e que, de certa maneira, a Vitoria, no trabalho que ela organizou, um belíssimo trabalho no *Cuentas Pendientes*, mostrou que, de fato, foi mais do que uma mera colaboração, mais do que uma mera responsabilização, né, porque dá uma ideia de clivagem da sociedade civil com o Estado, e essas frações da sociedade civil participaram ativamente do aparelho de Estado e nesses projetos de dominação, certamente a Victoria concorda com isso mas, enfim, é importante o trabalho da Victoria e tá sendo inspirador pra nós no Brasil no sentido de mostrar essa responsabilização dessas frações empresariais, mas ir além, mas mostrar o seguinte ¿eles são responsáveis? Também, mas eles participaram de forma orgânica, eles também foram artífices desse projeto autoritário que durou até a segunda metade dos anos oitenta, tá? Basicamente é isso. Agradeço, e espero ter sido claro na apresentação, muito obrigado pela oportunidade e pelo convite pra essa fala.